



**VOZES VELADAS NO CONTO
“SAÍDE, O LATA DE ÁGUA”, DE MIA COUTO**

**LATENT VOICES IN THE MIA COUTO'S TALE
“SAÍDE, THE WATER CAN”**

Luiza Bernadete Faria da Silva¹
Agnaldo Rodrigues da Silva²

Recebimento do texto: 18/04/2018

Data de aceite: 16/05/2018

RESUMO: Neste estudo, apresentaremos uma análise sobre as vozes ocultas na instância textual “Saíde, o Lata de Água”. Conto publicado no livro *Vozes Anoitecidas* de Mia Couto. Percebemos no decorrer do conto que várias vozes abafadas compõem o terreno da narração, vozes em conflito que ora se completam e logo, em seguida, contrapõem-se nesse jogo da ficção. Estamos a falar de ideologia e estrutura que sancionam a violação dos direitos humanos da mulher. Essa inquietação e motivação em pesquisar essa temática justificam-se pelo fato de ser mulher e querer que a sociedade historicamente machista seja transformada e que os crimes bárbaros diminuam; é imprescindível também que as mulheres vitimizadas encontrem respaldo, seja através da literatura, seja através das denúncias. Esperamos que este estudo contribua para a visibilidade da necessidade de se combater a violência de gênero tão presente na cultura e sociedade moçambicana.

PALAVRAS-CHAVE: Conto moçambicano; Mia Couto-Vozes Anoitecidas; *Saíde, o Lata de Água*; personagem feminina.

ABSTRACT: In this study, we will present an analysis on the hidden voices in the textual instance "Saíde, the Water Can". A tale published in the Mia Couto's book *Voices Made Night*. We realized in the course of the story that several latent voices make up the scenery for the narration, conflicted voices that sometimes complete themselves and then, counterpose themselves in this game of fiction. We are talking about ideology and structure that sanction the violation of the human rights of the women. The uneasiness and motivation of ours in researching this theme are justified by the fact I am a woman and I want the historically sexist society to be transformed and that the barbarous crimes to be reduced; it is also imperative that the victimized women find support, either through the literature or through denouncements. We hope that this study contributes to the visibility of the need to combat the prevalent gender violence in Mozambican culture and society.

KEYWORDS: Mozambican tale; Mia Couto – *Voices Made Night*; *Saíde, the Water Can*; female role.

¹ Mestranda em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/PPGEL. E-mail: luizabernadete@hotmail.com

² Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários/ UNEMAT.





A violência, sob qualquer forma que se
manifeste, é um fracasso.
(JEAN-PAUL SARTRE)

A epígrafe que abre a análise traz o pensamento que define a questão da violência sobre vários olhares. Conforme as palavras de Sartre, nos cabe questionar, desafiar, ultrapassar pensamentos e ideia sobre o tema recorrente: a violência da mulher africana. Diante da grande relevância temática sobre questões de violência contra a mulher é que analisamos o conto de Mia Couto publicado no livro de *Contos Vozes Anoitecidas*.

Mia Couto (1992), por vivenciar os processos da guerra civil e a libertação de Moçambique, tem um olhar voltado para a igualdade racial e o respeito às diferenças. O seu fazer literário aborda temáticas sobre as problemáticas atuais. As produções do autor nos faz pensar essa representatividade de vozes silenciadas, em que a tradição é rearticulada numa outra possibilidade de expressão, por meio de recursos vinculados ao imaginário e aos diálogos entre a história e a ficção.

Conhecido pelo nome artístico de Mia Couto, Antônio Emílio Leite Couto, moçambicano de nascença, filho de portugueses que emigraram para Moçambique em meados do século XX, começou na vida literária aos 14 anos, publicando poemas em jornal, e sua carreira jornalista vai de 1974 até 1985. Iniciou os estudos universitários em medicina, mas abandonou no princípio do terceiro ano. Regressou à universidade em meados de 1980 para cursar Biologia, especializando na área de ecologia, e atualmente é professor universitário.

Considerado um dos principais autores do continente africano na atualidade, possui uma obra literária extensa e diversificada, incluindo poesia, contos, romances e crônicas. Mia vem colocando Moçambique no mapa





simbólico da literatura mundial, dominando, como poucos, o binômio Moçambique em sua particularidade/Moçambique como sinônimo de “país africano”.

A obra de Mia Couto não seria completa se deixássemos de mencionar seu trabalho como ensaísta, reflexo e consequência da sua atuação social. Profundamente comprometido com o pensamento sobre o papel do escritor no mundo contemporâneo, atua também como romancista, contista, intérprete do humano num país chamado Moçambique.

No Brasil, é membro da Academia Brasileira de Letras, como sócio correspondente. Dentre tantas produções de Mia Couto, ficamos com a coletânea de contos intitulada *Vozes Anoitecidas*, editada em 1987, obra que reúne doze contos, dos quais discutiremos o Conto de número sete, nomeado “Saíde, o Lata de Água”. Percebemos, a partir do título do livro, a opção de Mia Couto por valorizar a cultura do seu país e os problemas sociais, postura existente em todos os contos dessa coletânea.

O conto “Saíde, o Lata de Água” incorpora características da tradição oral, reinventando estórias em que o real e o imaginário se misturam e produzem um novo discurso literário. O título da coletânea *Vozes Anoitecidas* remete à tradição oral, à mistura de diversas experiências narradas pelos seus ancestrais, e o título deste artigo remete a “Vozes” silenciadas pelo sofrimento da violência de gênero, que representam as mulheres moçambicanas na luta diária pela sua identidade e valores, onde essa imagem da violência é representada por Couto, a partir do Saíde.

No conto em análise, deparamo-nos com um embate de culturas entre o mundo moderno e o tradicional, o mundo mítico e o racional. Os contos são povoados por cenas que, inseridas na comunhão lírica do dia a dia, projetam os personagens e atraem o leitor para um mundo em que a fantasia complementa-se com o real, desdobrando-se, dessa forma, em fragmentos que





evocam a totalidade sobrevivente na memória de seres tocados pelas mesmas causas.

Nas tramas, reconhecem as dificuldades postas pela vida no contexto de crises extremadas, também se vislumbram algumas linhas de humor que relativizam a ponta dramática de tantas situações expostas. O momento é de intensa dureza, mais do que o recurso à lágrima, essa literatura, por vezes, produzida no calor dessas manifestações, pode trilhar um caminho diferente e propiciar a emergência de vozes silenciadas.

Na linha dessa literatura, pretendemos, retomar alguns pontos da discussão sobre a violência contra a mulher, com o propósito de refletir sobre o lugar da mulher em um país totalmente machista, mas pensando também a partir das raízes históricas das comunidades africanas. No conto em análise temos como personagens Saíde, Julia e Severino. Saíde, senhor dependente químico, em meio as bebedeiras conhece Julia, uma prostituta, em que resolve manter um relacionamento amoroso, para honrar sua virilidade, pede que dê a ele um filho. Como ele era estéril, propõem a ela manter um relacionamento extraconjugal para engravidar, ela aceita a proposta e assim engravida, não aceitando a traição, Saíde, começa a maltratá-la, Julia, não aguentando o sofrimento, abandona-o. E, Severino, o chefe do quarteirão, pessoa responsável pela integridade do bairro.

A violência contra a mulher vem sendo perpetuada historicamente através de um sistema de dominação-exploração, tendo no patriarcado a legitimação da diferença das relações de poder desiguais entre o homem e a mulher, ou melhor, a subordinação da mulher ao homem. As pesquisas apontam que essa violência, independentemente do nível sociocultural, viola os direitos humanos, e muitas mulheres que são vítimas de agressões não conhecem seus direitos.

Segundo Cunha e Pinto (2007, p. 29), “a violência doméstica é a





agressão contra a mulher, num determinado ambiente (doméstico, familiar ou de intimidade) com finalidade específica de objetá-la, isto é, retirar direitos, aproveitando da sua hipossuficiência”. Diante disso, a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos reconheceu formalmente a violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos e os governos dos países-membros da ONU e as organizações da sociedade civil têm trabalhado para a eliminação desse tipo de violência.

Essa violência é definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada” (BALLONE, 2003, p. 01). Algumas formas de violência mais comuns destacam a agressão física mais branda, sob a forma de tapas e empurrões; a violência psíquica de xingamentos, com ofensa à conduta moral da mulher; e a ameaça através de coisas quebradas, roupa rasgada, objetos atirados. Como sociedade machista, pode ser explicada à luz da categoria de gênero, que vê no patriarcado a gênese legitimadora das diferenças nas relações sociais, o exercício do poder desigual para homens e mulheres ou a subordinação da mulher ao homem que é visível.

Saffioti (2004) afirma que, nos tempos atuais, a violência vem atingindo mulheres de todo nível sociocultural, étnico e geracional, constituindo uma flagrante violação aos direitos humanos. Os tipos de violências estão sendo perpetuados através dos sistemas dominação-exploração. O medo, a vergonha, os fatores de invisibilidade e outros são perceptíveis entre as mulheres que sofrem violência, e fazem com que sejam necessárias ações incisivas quando se busca romper o ciclo. As mulheres vítimas de violência geralmente apresentam um quadro de sintomas físicos e psíquicos, como apatia, agressividade, isolamento, ansiedade, depressão, tentativa de suicídio, baixa autoestima. Segundo Fanon:





chama-se de patologia psicossomática ao conjunto das desordens orgânicas cuja aparição é favorecida por uma situação conflitual. Psicossomática, porque o determinismo é de origem psíquica. Essa patologia é considerada uma maneira de que vale o organismo para responder, isto é, adaptar-se ao conflito que se lhe depara, sendo a perturbação ao mesmo tempo sintoma e cura. Mais precisamente, todos são unânimes em afirmar que o organismo (mais uma vez trata da unidade córtico-visceral, psicossomática dos Antigos) supera o conflito por vias nocivas mas de resto econômicas. É o mal menor que o organismo escolhe para evitar a catástrofe. (FANON, 1968, p. 249).

A Convenção da Mulher foi um ápice de esforços internacionais que visa proteger os direitos das mulheres em todo o mundo. Resultado de iniciativas da Comissão de *Status* da Mulher - CSW-, órgão criado dentro do sistema das Nações Unidas, em 1946, que tem como objetivo analisar e criar recomendações de formulações de políticas aos vários países signatários da Convenção, visando aprimorar o status da mulher.

A Convenção da Mulher foi tomada como parâmetro das ações estatais na promoção dos direitos humanos das mulheres e na repressão às suas violações, direcionando toda e qualquer política pública no âmbito doméstico. A CEDAW é a carta magna dos direitos das mulheres e simboliza o resultado de inúmeros avanços construídos nas últimas décadas, em um grande esforço global de edificação de uma ordem internacional de respeito à dignidade de todo e qualquer ser humano.

O Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a mulher – Comitê CEDAW, foi criado com a função de examinar os progressos alcançados pelos países signatários na aplicação da Convenção. O órgão é de monitoramento da atuação dos vários países quanto ao cumprimento dos preceitos da Convenção CEDAW.

A Convenção CEDAW, adotada pela Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979, é





composta de trinta artigos dos quais dezesseis estabelecem preceitos substantivos sobre a não discriminação da mulher e a igualdade: as obrigações dos Estados, o sistema de cotas; a modificação de padrões socioculturais discriminatórios; a supressão do tráfico de mulheres, exploração da prostituição, a participação política, a nacionalidade, a educação, o trabalho e a saúde; sobre sua vida econômica e social; sobre a mulher rural e sobre a capacidade jurídica em igualdade de condições com o homem e a igualdade no exercício de seus direitos legais com relação ao casamento e a família.

Segundo Saffioti (1995), violência também são casos de depreciação da família e do trabalho do outro. Outro tipo de violência é a verbal e psicológica, e diz respeito às ofensas morais. Maridos e esposas costumam ferir-se moralmente quando insinuam que o outro tem amante. Muitas vezes a intenção dessas acusações é mobilizar emocionalmente o outro e fazê-lo sentir-se diminuído. O mesmo peso de agressividade pode ser dado aos comentários depreciativos sobre o corpo do cônjuge, muito bem representada nessa fala do conto:

Júlia, quero saber: quem o dono da grávida?

- Armando, você jurou que nunca havia de perguntar.

- Agora já quero esse nome. Não podes dar parto sem eu saber a verdade do pai dessa criança. (COUTO, 1992, p. 03).

Em pleno século XXI, muitas mulheres ainda sofrem todos os tipos de violência e as denúncias não ocorrem tão somente porque elas não querem fazer, perpassam por um sistema complexo que nem a própria mulher que está sendo vítima consegue compreender ou tem forças para erguer-se e superar-se, é um sentimento de amor e ódio, dor e compaixão. A submissão, o perdão e a tolerância são impostos com tal ênfase que, mesmo humilhada, ela parece insistir no relacionamento conflitante, assim, descrito em “Saúde, o Lata de Água”: “olha o lata de Água. A mulher nem sai de casa, desde que





ele meteu-se na bebida.” A violência é um “vício” de formação, é cultural e sua existência remonta à origem da família, podendo até ser considerada como uma doença social, pois acomete a maioria das sociedades patriarcais.

Podemos depreender que a questão de gênero faz parte de um processo cultural que tem na educação o seu reforço ou superação. Assim, tanto homens quanto mulheres precisam ser educados e sensibilizados para então romper com esse círculo vicioso, contagioso e com consequências trágicas. Temos que pensar que o ser humano é fruto de sociedade que promove uma formação distorcida, em que conceitos de superioridade, de mando e de posse são incutidos no homem desde a infância, desencadeando, assim, agressão direcionada à companheira, como no fragmento abaixo:

ele sacudiu-a com violência.
Vais-me dar porrada? – assustou-se ela.
Quando não disseres, vou te dar. (COUTO, 1992 p. 03).

Os crimes de violência praticados contra as mulheres devem ser punidos, porém é imprescindível que o Estado disponibilize políticas nas mais diferentes áreas – saúde, educação, assistência social, cultura, lazer, dando outro olhar – tanto para homens como para as mulheres, tornando-os sujeitos ressignificados.

Na pré-história a figura feminina tinha um enorme peso nas sociedades e em todo o mundo. As sociedades eram matricêntricas, centradas nelas por causa da fertilidade. A sociedade matriarcal antiga, dentro do regime tribal, era anterior ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção, e havia uma total liberdade sexual e toda a linhagem era definida pela mãe. Nessa sociedade, vingava uma espécie de religião mística, de cunho matriarcal, onde a “mãe terra” era identificada não com a fertilidade, mas como a senhora dos homens. Nos dias atuais, a principal escravidão feminina é quando a mulher tenta conquistar os homens por sua beleza e sexualidade.





O sistema patriarcal, enquanto instituição, é uma constante social tão profundamente radicada que domina todas as outras formas políticas sociais ou econômicas, gerando um estado de exclusão e discriminação social da mulher pautado na crença de uma superioridade masculina. No patriarcado as mulheres são vistas como objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, reprodutoras de força de trabalho e reprodutoras de novas reprodutoras. Assim, diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres também, enquanto grupo, envolve prestação de serviços sexuais aos seus dominadores/opressores.

De acordo com Nascimento (2002), o problema da subordinação, opressão, discriminação e exploração da mulher não estão na mulher, assim como o problema étnico não está no negro ou no índio, mas está nas pretensas formas de organização e de convívio, isto é, de exploração e dominação criadas, mantidas e atualizadas pela sociedade que, através do tempo, legitimam a superioridade e a conseqüente dominação dos homens sobre as mulheres, dos brancos sobre os negros e índios e da classe dominante sobre a classe operária. O autor afirma ainda que:

a subordinação da mulher ao homem mostra que as relações entre homens se produzem e se reproduzem dentro do processo social como um todo, e a maneira como estas relações se produzem e reproduzem, em detrimento das mulheres. (NASCIMENTO, 2002, p. 01).

A questão dessa violência está sendo mais refletida e questionada nas últimas décadas, denominando de violência de gênero. Essa expressão significa que as diferenças não são biológicas e sim entre homens e mulheres que vêm determinando a frase “violência contra a mulher”, porque os papéis sociais impostos a homens e mulheres, reforçados por culturas patriarcais, estabelecem relações de violência entre os sexos. Segundo Campagnoli





(2003, p. 147) “o conceito de gênero, é usado para explicar as diferenças construídas entre homens e mulheres, refutando a justificativa de que essas diferenças são sempre biológicas e, portanto naturais.”

O Conselho Social e Econômico das Nações Unidas definiu, em 1992, a violência contra a mulher como sendo “qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher: inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade sejam na vida pública ou privada”. Este Conselho, é o órgão coordenador do trabalho econômico e social da ONU, das Agências Especializadas e das demais instituições integrantes do Sistema da Nações Unidas. O Conselho formula recomendações e inicia atividades relacionadas com o desenvolvimento, comércio internacional, industrialização, recursos naturais, direitos humanos, condição da mulher, população, ciência e tecnologia, prevenção do crime, bem estar social.

O grande desafio nas ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres é dar visibilidade do fenômeno, disseminando informação para prevenir e publicizar a violência, no fortalecimento de políticas públicas e da importância das profundas desigualdades de gênero na sociedade. Para Nascimento (2002), a violência física toma forma quando o homem esbofeteia, belisca, morde, dá socos e pontapés, espanca, maltrata, esfaqueia, alveja a tiros e até mesmo mata a mulher.

A imposição e a subordinação da mulher já existem há mais de 2.500 (dois mil e quinhentos anos) anos nos continentes antigos, nos quais a mulher era vista apenas como um objeto ou mero brinquedo de luxo. Esses aspectos constroem uma falsa ideologia, até então aceita “da superioridade do homem”, e mesmo diante desse reprovável quadro absurdo, várias culturas ainda aprovam, toleram ou mesmo justificam diversas e diferentes atrocidades que são destinadas contra a mulher; essas atitudes são resultados





de normas de conduta distorcida a respeito do papel e das responsabilidades de homens e mulheres na sociedade.

Essa violência física e moral a que a mulher ainda atualmente vem sofrendo na sociedade moderna, em consenso geral, tais agressões não escolhem raça, idade ou classe social para se materializar, caracterizando-se como a expressão mais vil do reduzido “*status*” feminino em todos os povos, a violência contra a mulher é em nível mundial.

Em países como Congo Oriental e Afeganistão, em período de guerra, a violência contra a mulher aumenta, sendo usada até como tática de guerrilha. Segundo pesquisas realizadas pela Fundação Perseu Abrão e o Instituto Patrícia Galvão, a cada 15 segundos uma mulher é agredida em razão do uso abusivo de bebidas alcoólicas ou por ciúme doentio de certos homens.

Mia Couto, ao abordar a temática da violência contra a mulher, escreve “Saíde, o Lata de Água”, conto poético que metaforiza a crítica à violência contra a mulher, ou melhor dizendo, a violência de gênero. De narrativa curta, o texto revela tematicamente pela ficção a vida rotineira das mulheres moçambicanas, resultado da opressão exacerbada.

Não era verdade. As mulheres sempre recebem o prêmio de se ter pena delas. Sacanas dos vizinhos. Só estão perto quando querem espreitar desgraças.

No resto ninguém lhes conhece (COUTO, 1992, p. 02).

Para falarmos das mulheres moçambicanas, precisamos falar um pouco do contexto social em que essas mulheres estão inseridas. Moçambique conquistou a independência em 1975, depois de dez anos de luta pela libertação. Seguiram-se dezesseis anos de uma devastadora guerra civil com consequências drásticas para as condições de vida. Desde o estabelecimento da paz em 1992, Moçambique tem um Estado baseado em princípios de democracia e recomeçou o processo de desenvolvimento que fora prejudicado em mais três décadas de guerra. O regime moçambicano, inicialmente





influenciado pela ideologia marxista, tem uma tradição secular e a sua política em relação à mulher é muito influenciada por princípios religiosos, e pelo fato de a retórica religiosa ser tão machista, as mulheres são muito submissas. Sobre esse quadro, Fanon diz que

nós preferimos falar precisamente desse tipo de tábula rasa que caracteriza de saída toda descolonização. Sua importância invulgar decorre do fato de que ela constitui, desde o primeiro dia, a reivindicação mínima do colonizado. Para dizer a verdade, a prova do êxito reside num panorama social transformado de alto a baixo. A extraordinária importância de tal transformação é ser ela querida, reclamada, exigida. A necessidade da transformação existe em estado bruto, impetuoso e coativo, na consciência e na vida dos homens e mulheres colonizados. Mas a eventualidade dessa mudança é igualmente vivida sob a forma de um futuro terrificante na consciência de uma outra “espécie” de homens e mulheres: os colonos. (FANON, 1968, p. 26).

Os efeitos da guerra civil foram catastróficos para infraestrutura, educação e para a saúde do país. Há no país muitas associações que trabalham no sentido de dar às mulheres pobres informações sobre os seus direitos, pois essas mulheres geralmente não conhecem os seus direitos devido ao analfabetismo. Assim,

Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: ‘quem sou eu na realidade’ (FANON, 1968, p. 212, grifo do autor).

Em Moçambique, a violência já atingiu proporções significativas, sendo as mulheres as maiores vítimas das diversas formas de violência, sobretudo aquela que é perpetuada pelos homens. Estima-se que a violência contra a mulher em Moçambique é muito maior que os casos registrados, e está bem abaixo da realidade, pois a maior parte das vítimas prefere o silêncio ao invés da denúncia. A prevalência da superiorização masculina na sociedade moçambicana, resultante de crenças e práticas discriminatórias da





mulher, concorre com o problema da violência. São casos muitos graves e há necessidade de intervenção não só do Governo, mas também da própria sociedade, de modo a reduzir os casos de violência contra as mulheres, pois as consequências são incalculáveis.

A violência, baseada no gênero, constitui um dos grandes entraves para o desenvolvimento da mulher moçambicana. As mulheres que denunciam continuam em grande parte a serem vistas pela comunidade e pela própria família como transgressoras, por trazerem para os espaços externos problemas que deveriam ficar confinados ao doméstico. A violência contra as mulheres não pode ser analisada fora do normativo social e cultural, é preciso reconhecer que a violência contra a mulher é estrutural, ou seja, ela está profundamente arraigada na sociedade e tem implicações nos costumes e nas normas que regem as relações de gênero, esse caráter de intimidação é uma forma de controle para as manter circunscritas aos papéis e lugares que lhes foram designadas.

A ideia de que as mulheres são subordinadas aos homens ou, inclusive, sua propriedade, está profundamente arraigada na sociedade e tem implicações nos costumes e nas normas que regem as relações de gênero, como sociedade patriarcal que se estrutura de acordo com um modelo que concede aos homens a primazia em relação às mulheres.

Essa violência não pode ser analisada somente de maneira circunscrita ao domínio familiar e isolada do resto da sociedade, como simples manifestação privada, porque isso nos impede de apreendê-la em todo o seu significado. Por outro lado, mesmo quando a violência contra as mulheres ocorre no domínio privado, ela se repercute em toda a sociedade, sendo as manifestações de violência contra as mulheres, que lhes limitam severamente as opções de vida e o livre exercício da sua cidadania, são narradas assim:





Lá fora uma multidão aguardava as notícias. O chefe do quartelão, com um gesto vago, espalhou a sua voz:
- Já podem ir. A mamã Júlia está bem. Ela está a pedir que voltem para vossas casas, dormirem descansados. (COUTO 1992, p. 05).

Nas escolas e em locais de trabalho não se fala de assédio sexual, da exploração sexual e do trabalho que se exerceu sobre as mulheres em tempos de guerras, das humilhações, estupro a que foram e estão sujeitas diariamente nas ruas e em outros lugares públicos. A violência, nesses países, é considerada como fins pedagógicos, porque acreditam que ensinam limites e controla excessos, resultado das relações de poder entre homens e mulheres nas sociedades patriarcais.

Mais uma vez batia na mulher, cada vez mais passeava nas bebidas. Nunca bateu no miúdo. As porradas que lhe queria dar destinava-as na mulher. (COUTO, 1992, p. 04).

Nos anos 1990, tanto em nível internacional como em Moçambique, a violência contra as mulheres deixou de ser um fenómeno privado para passar a ser um problema público. A violência é um fenómeno antigo, é um reflexo da sociedade patriarcal, a única diferença é que, hoje em dia, ela atravessou os muros das casas de famílias, é falada nos jornais e é reconhecida como um problema social pelo Estado e por várias organizações da sociedade civil.

Em Moçambique foi criada a Lei nº 29/2009, que considera a violência doméstica crime público e condena as várias formas de violências, desde a forma física e psicológica à violência sexual. Essa lei ainda está em fase de implementação, tanto na forma de logística necessária como em termos de conscientização.

De acordo com Marieta de Vos, diretora-executiva da Mosaic Training, Service and Healing Centre for Woman (2013), uma organização que fornece suporte às vítimas de violência domésticas e estupro, diz que a





África do Sul, é considerada a capital do estupro no mundo, registra 50 mil estupros por ano e as ONG's existentes na Cidade do Cabo protegem atualmente cerca de 25 mil pessoas, desde bebês, passando por adolescente até idosas. O Estado considerou a violência contra as mulheres como problema a ser gerido pelas suas várias instituições como resultado de políticas pós-Beijing, grande parte influenciada pela atuação de organizações de mulheres em nível nacional.

O movimento ativista internacional “V-Day” é uma rede que atua em escolas e comunidades visando à extinção dos atos de agressão contra as mulheres de todo mundo. Relatos colhidos por Ida Jacobs (2007), colaboradora da associação Labour Rights Programme Officer – Women on Farms Project, uma ONG que protege mulheres que sofrem qualquer tipo de violência nas fazendas da África do Sul, conta que várias mulheres não denunciam os agressores porque geralmente existe uma dependência emocional e financeira, bem como também contam com a falta de aceitação da família em relação ao divórcio.

Segundo representante do setor Acting Head, do Departamento de Desenvolvimento Social da província oeste da Cidade do Cabo, Sharon Follentine, (2011) descreve como a violência contra a mulher é difícil de ser combatida quando a vítima passa também a acreditar que o estupro é natural e, por isso, não busca auxílio ou demora muito tempo, quando já há traumas profundos.

Já a ONG Philisa Abafazi Bethu que atua com a prevenção dos abusos sexuais por meio de orientação nas escolas, igrejas das periferias e favelas, concorda que a mulher precisa de mais informação e de que existem outros meios de recomeçar a vida. As vítimas não têm conhecimento de que o abuso sexual e a violência doméstica são crimes, ou seja, só têm noção de que aquilo é muito ruim para elas.





A discriminação e as práticas nocivas, como o tráfico de seres humanos, a violência em conflitos armados e a mutilação genital feminina, persistem. Registra-se também como causa da violência contra a mulher um grande número de drogas e álcool relacionados com estupro.

No período pós-guerra, a reintegração dos ex-combatentes foi um processo complexo, eles regressavam às comunidades sem emprego e defrontavam com uma família liderada, protegida e sustentada por mulheres. Esse fator, do homem não ser mais o provedor da casa, quebrando as regras e a crença de que o homem não deve ser sustentado por mulher, quebrando dessa forma a identidade masculina, começa a impor a autoridade por meio da força física. Em meio a essa degradação e a miserabilidade do homem, e a tristeza da situação em que se encontram, se refugia na bebida.

Mia no conto “Saíde, o Lata de Água” aborda duas problemáticas sociais, uma é a doença do alcoolismo e, a outra, é a violência contra a mulher, retratando as particularidades do povo moçambicano e, especialmente, as mulheres que não tendo muitas formas para se sustentar, usavam/usam o corpo como forma de subsistência.

O narrador confirma a condição humilhante do protagonista Saíde, que “é rasteirado pela cerveja”, expondo a impotência do homem como ser humano em resolver sobriamente os problemas. O protagonista opta por fugir deles ao buscar refúgio na bebida, achando que na bebida terá a solução de seus problemas, estabelece tal vício como maneira de amenizar a dor, transformá-la em companheira tolerável e diária, pensando que a bebida será a solução de seus problemas, o que comprova a fragilidade do homem ao fazer essa escolha e, dessa forma, perde sua dignidade.

A violência contra a mulher é encarada como um dos problemas mais graves do país e uma das mais sérias barreiras ao seu desenvolvimento. Na essência e em termos estruturais, a violência resulta das desigualdades de





poderes entre homens e mulheres nas diferentes faixas etárias, nas relações familiares, comunitárias, bem como nos domínios econômico, cultural, social, religioso e político. As mulheres, tendo em conta o desequilíbrio do gênero, por causa das várias crenças socioculturais, têm um tratamento desigual no que se refere ao acesso à justiça, são mais afetadas e estão mais distantes do sistema da justiça.

O desconhecimento, por parte das mulheres, acerca de seus direitos é maior em relação aos homens, em virtude da exclusão e violência que vivenciam quotidianamente, e que acabam por afastá-las de informações que lhes permitiriam compreender a amplitude da problemática. Também é maior a descrença e o distanciamento das mulheres em relação ao judiciário, que continua sendo historicamente masculino e que, em muitos casos, vem perpetuando uma visão estereotipada e preconceituosa sobre os papéis femininos e masculinos na sociedade.

O autor busca representar pelas fragilidades da mulher um ser de linguagem, pois através das manobras articuladoras da voz é possível desnudar a vida de outros cidadãos que se encontram na mesma situação degradante da personagem Julia. O conto é construído de múltiplas figuras de linguagem e também traz, concomitante a esse lirismo, a linguagem engajada que desveste a vida de um povo explorado e sofrido que suplica liberdade, respeito e paz. São vozes que se apresentam em confronto nesta instância ficcional, são universos opostos e conflitantes, que se completam, como dimensões do humano.

O narrador recupera e traz à tona vozes submersas e silenciadas em um ir e vir de signos, que ora se completam, se atraem ou se repelem, num domínio discursivo e habilidoso do condutor da história. A narrativa tem uma qualidade de prosa poética de narrar as histórias da vida de um povo. Mostra dessa forma, a tristeza das vidas oprimidas das mulheres moçambicanas





apresentadas no interstício delimitado para o conto, em que dialogam variadas vozes, principalmente as que provêm da denúncia.

Lá fora uma multidão aguardava as notícias. O chefe do quarteirão, com um gesto vago, espalhou a sua voz:

- Já podem ir. A mamã Júlia está bem. Ela está pedir que voltem para vossas casas, dormirem descansados.

Alguém protestou:

- Mas Severino.... Afinal, como é?

O chefe do quarteirão, com sorriso atrapalhado:

- Eh, pá, você já sabe como são essas nossas mulheres. (COUTO, 1992, p. 05)

A narrativa é construída como uma teia de relações, nas quais a memória escava um tempo passado, para se recompor em tempo presente, operando num registro que denuncia suas ações, diferentemente do resgate da memória que se configura pela linearidade, e nos apresenta um texto que insiste numa infinidade de linhas de fuga, em interrogações e vergonhas. Vozes silenciadas no âmbito da violência matrimonial, moral, institucional, intrafamiliar, por falta de conhecimento.

É frustrante como ser humano saber que quando pensa a necessidade que os homens sentem em salvaguardar a honra, a posição de “machos”, na simulação das surras na mulher, como também na manutenção da mentira para preservação da dignidade, muito bem representado no conto: Desmascarado por uma das autoridades do bairro, o chefe do quarteirão, Saíde, depois de mais uma encenação de violência doméstica com gritos e objetos derrubados, é obrigado a confessar:

Eu faço isto não sei porquê. É para vocês pensarem que ela ainda está. Ninguém pode saber que fui abandonado. Sempre que bato não é ninguém que está por baixo desse barulho. Vocês todos pensam que ela não sai porque sofre da vergonha dos vizinhos. Enquanto não (COUTO, 1992, p.05).





Podemos destacar também a força do preconceito estabelecido com relação às mulheres que sobrevivem da prostituição que, na narrativa, sobrepõem-se às necessidades de sobrevivência das mulheres moçambicanas e à sociedade machista e preconceituosa em que vivem, como mostra o fragmento:

quando souberam que andava com ela, condenaram-no. Ela estava muito usada. Devia escolher uma intacta, para ser estreada com seu corpo (COUTO, 1992, p. 02).

O conto espalha acontecimento da vida real. O drama protagonizado por Saíde acaba, por retratar de forma trágica, não só a dependência, mas também as tensões entre o indivíduo e a comunidade. Aquele que é obrigado a mascarar uma realidade que não existe mais, fingindo todas as noites bater na mulher, Júlia, de modo a fazer crer à comunidade que ainda está com ela, e que a sua família, apesar de tudo, se mantém intacta.

“Saíde, o Lata de Água”, mais do que evidenciar o drama interior de um indivíduo, coloca o leitor perante o lado perverso e aniquilador da vida em comunidade naquilo que ela impõe como preceitos e como valores. O que prevalece é a constatação da degradação de um conjunto de valores que põem em causa a dignidade do ser humano como um todo, mas sempre indissociável de uma dimensão social e de uma dimensão coletiva. Esses elementos únicos e emblemáticos criam e fazem repensar modos de existir de um espaço vital onde o ético, o político, o cultural, o religioso e o social se dissolvem numa mistura em constante transformação.

Considerações Finais

Com esse estudo, percebemos que o grave problema da violência contra a mulher nos países da África, principalmente em Moçambique, é considerado como uma questão de saúde pública, além de ser uma violação





explícita aos direitos humanos. Ou seja, a violência contra a mulher não respeita fronteiras de classe social, raça, religião ou idade, e o crescimento do número de vítimas de maus-tratos, continua de forma assustadora, que atualmente virou também questão de saúde pública. Mia Couto representa muito bem essa temática em seu Conto “Saíde o Lata de Água”, o autor mostra a questão de dois pontos cruciais dentro da sociedade que é a questão do alcoolismo e a violência doméstica.

Para enfrentar essa cultura machista e patriarcal são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os direitos das mulheres são também Direitos Humanos. É com essa ótica que Mia faz uma metáfora crítica à violência contra a mulher. Por mais que seja um conto que faz parte do mundo da fantasia, do mágico é muito poético.

Esse estudo leva-nos a idealizar uma sociedade em que mulheres e homens não são rivais, nem mulheres submissas a homens, numa sociedade na qual homens e mulheres são portadores dos mesmos direitos e deveres, e que se completam em respeito, amor e companheirismo. Este trabalho é importante, por nos fazer refletir tanto sobre os contextos e os mecanismos de aplicação da lei, que procuram preservar um modelo cultural que exclui direitos, como também sobre as “estratégias de confronto e de rejeição”, que permitem que as mulheres que sofrem de violência vejam a si mesmas como sujeitos de direitos. E que as famílias sejam consideradas não só como um lugar de acolhimento e de afetividade, mas também como lugar de produção do conflito e de configuração das identidades. Finalizando, podemos dizer que o conto “Saíde, o Lata de Água”, é um conto que leva o leitor a pensar, refletir e analisar essa temática tão atual e emblemática.





Referências

- COUTO, Mia. **Vozes Anoitecidas**. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- COMPAGNOLI, F.P.F. Adriana. A mulher, seu espaço e sua missão na sociedade. Análise crítica das diferenças entre os sexos. **Revista Emancipação**: Departamento de Serviço Social. Ano 3, Ponta Grossa, Uepg, v. 03, n.1, 2003.
- CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência doméstica (Lei Maria da Penha): Lei 11.340/06. Comentada artigo por artigo. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2007.
- CRAVEIRINHA, José. Prefácio à edição portuguesa. In: **Vozes anoitecidas**. Lisboa: Editorial Caminho, 2008.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Direitos para a língua portuguesa adquiridos pela Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro. 1968.
- NASCIMENTO, M. Lucidalva. Violência doméstica e sexual contra as mulheres. Psiqweb. Disponível em: <<http://www.elacso.org>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017 às 15 horas.
- SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. Coleção Brasil Gente, 2004.
- _____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- _____; ALMEIDA, Suely Sousa de. **Violência de gênero. Poder e impotência**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 1995.
- SAFFIOTTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O; MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Tradução Roland Corbisier e Marisa Pinto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SILVA, Terezinha et al. **Violência doméstica**. Factos e discursos. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1988.





OSÓRIO, Conceição et al., **Poder e violência: Homicídio e femicídio em Moçambique**. Maputo: WLSA Moçambique, 2002.

Webgrafia

BERNANDES, Marcelo Di Rezende. **A deplorável prática da violência contra a mulher**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2266/A-deploravel-pratica-da-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em: 22 fev. 2017, às 22 horas.

BALLONE G. J. Ortolanitu. **Violência Doméstica**. Psiquweb. Disponível em <http://www.piquweb.med.br/infantil/violdome.html> revisto em 2003. Acesso em: 15 fev.2017, às 18 horas.

SLEGH, Henny. **Impacto psicológico da violência contra as mulheres**. Publicado em “outras Vozes”, nº 15, maio de 2006. Trabalhadora social/psicoterapeuta, consultora na área de atendimento a vítimas de violências doméstica, Fórum da Mulher. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/artigo/impacto-psicologico-da-violencia-contr-as-mulheres/> Acesso em: 15 fev. 2017, às 14 horas.

SOUSA, Glória. **Problemas de violência doméstica agravam-se em Moçambique**. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/problemas-de-violencia-domestica-agravam-se-em-mocambique>. Acesso em: 14 fev. 2017, às 15 horas.

